

A quase dez meses do início dos trabalhos constituintes, as elites representativas da burguesia brasileira só agora dão sinais de que, afinal, podem ter um projeto para a próxima Carta. Por meses a fio, o Congresso constituinte foi tratado com indiferença, com soberba quatrocentona. Bastaram algumas poucas teses "progressistas" aprovadas na Comissão de Sistematização para que a hostilidade substituísse a indiferença.

Agora, os representantes dos segmentos dominantes parecem se convencer de que são, efetivamente, dominantes, e ultimam seu texto. O jogo está em pleno andamento, chegam atrasados para a disputa, mas as partidas decisivas ainda estão por começar. O deputado Afif Domingos (PL-SP), por conta do atraso, foi obrigado a arquivar um projeto integral de Constituição, com 150 artigos.

Os alvos são os títulos do projeto da Comissão de Sistematização que cuidam da ordem econômica, da ordem social e dos direitos trabalhistas. O deputado José Lins (PFL-CE), que presidiu a Comissão da Ordem Econômica em uma das etapas anteriores do Congresso constituinte, está encarregado de coordenar a elaboração do texto, que receberá os retoques finais amanhã, para então ser submetido a mais uma rodada de debates e deliberações.

O projeto destas elites parte do pressuposto, segundo Lins, de que o texto da Comissão de Sistematização é "xenófobo, estatizante e oprime a iniciativa privada". Afif acrescenta mais dois adjetivos: "Corporativo e clientelista". As características principais da nova Carta, em vez destas, deverão ser, ainda segundo Lins, "privatizantes e internacionalistas do ponto de vista da relação da economia brasileira com a economia mundial".

Se os trabalhos constituintes evoluem ininterruptamente há pouco menos de dez meses, o Congresso constituinte foi convocado em novembro de 1985. Passaram-se dois anos desde então e só agora, de afogadilho, as elites dominantes costuram seu projeto, inserindo-se na onda capitaneada por Reagan, Thatcher e Chirac. Privatização, modernização e internacionalização são as palavras de ordem dos centros propulsores do capitalismo. Elas começam a ecoar no Congresso constituinte.

A indiferença e a hostilidade saem de campo e entra a voracidade, a disposição para empalmar a Constituição. Mauro Lopes

## Candidaturas presidenciais

1. Pesquisas simultaneamente publicadas ontem, uma da DataFolha e outra do Ibope, concordam em dois pontos: na falta de opção por qualquer candidato (53% no primeiro caso e 63,3% no segundo), em pleito presidencial que ocorra no ano vindouro, e a melhor colocação de Leonel Brizola nas tabelas de preferências atuais. Além disso, os dados apontam também algumas cotações semelhantes, exemplificadas em Aureliano Chaves e Ulysses Guimarães, pessimamente colocados, discrepando, porém, extraordinariamente, na avaliação de Antonio Ermírio e de Mário Covas, muito bem situados na pesquisa Data Folha e pessimamente na do Ibope. Como em nenhuma das publicações o universo da pesquisa foi definido por faixas etárias e de situação social, é impossível uma análise abrangente. Da mesma forma, tendo a pergunta induzida, em uma das pesquisas, precedido à indicação aberta, deve-se considerar que também nessa houve certo grau de indução.

Feitas as ressalvas, examinemos sumariamente a situação de Brizola, primeiro colocado nos dois inquéritos, e apresentado frequentemente como uma espécie de bicho-papão do futuro pleito. Os índices alcançados em dez capitais, embora o

### Rio de Janeiro

apresentem com o melhor desempenho mostram-no, também, extremamente fraco na principal, que é São Paulo, cabeça do maior eleitorado do país, onde o dirigente do PDT teve apenas 1% das preferências, fraqueza agravada pelo alto índice de rejeição (48,1% na pesquisa Ibope). Por sua vez, a multiplicidade de supostos pré-candidatos da mesma faixa política e até partidária (Covas, Montoro, Quércia, Ulysses, Funaro) dispersa opiniões que estarão aglutinadas na hora do voto. Finalmente, o sistema de escolha majoritária, com duplo escrutínio, reduz as possibilidades de Brizola, caso venha a enfrentar um não conservador na segunda rodada.

2. Apesar do muito que se fala, dificilmente qualquer governador será candidato à Presidência da República, devido a dois simples motivos: nenhum deles, a começar por Orestes Quércia, anima-se a renunciar a quase três anos de mandato, para correr a aventura, principalmente quando, em vista dos futuros dispositivos constitucionais, os Estados disporão de verbas pelas quais soluçavam antes. Newton Rodrigues

## O parlamentarismo por alvo

1. O tom áspero da voz do ministro da Justiça, Paulo Brossard, expresso em vários episódios recentes —que o digam, por exemplo, d. Luciano Mendes de Almeida (caso Cimi) e Frota Neto (caso EBN)—, não incomodará os ouvidos dos defensores do presidencialismo nessa encruzilhada da troca de sistema de governo em que se encontra o país. Brossard, historicamente ligado ao parlamentarismo, em sua forma tradicional, se ocupará cada vez mais em torpedear o novo modelo já aprovado pela Comissão de Sistematização e que irá à apreciação do plenário do Congresso constituinte.

"Pelo projeto, tal como está, nós não teremos um sistema parlamentar. Nós vamos ter, possivelmente, um governo de assembléia, um governo convencional, e isso não será bom", afirma Brossard. Ele teme que o eventual fracasso do neoparlamentarismo possa ensejar uma campanha contra o "verdadeiro sistema parlamentar, comprometendo a sua adoção por um século". Acha que a eleição do presidente da República pelo voto direto, como estabelece a proposta em trâmite no Congresso constituinte, "é

### Porto Alegre

quase uma antinomia" com o sistema parlamentar.

"Por uma razão muito simples, que qualquer criança entende", diz. "É que o presidente da República, no sistema parlamentar, não vai realizar uma política de um partido, de uma coligação de partidos. Se ele não vai realizar essa política, ele vai ser eleito em nome de quê, em função de quê? É preciso atender à lógica natural de cada sistema", reclama o ministro, que condena também a proposta em exame pela possibilidade restrita de indissolubilidade da Câmara pelo presidente da República.

2. O ex-governador Leonel Brizola chega hoje à Porto Alegre e deve acertar detalhes, principalmente com o PT, para um comício contra o parlamentarismo nesta capital. Amanhã, o presidente nacional do PDT faz palestra a empresários na sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, onde em vez de ainda provocar temores já desperta esperanças. Carlos Alberto de Souza